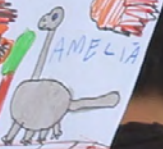


la extinción de especies?

esta (o a ella)

u respuesta con un dibujo?



EL SABER
PUBLICO
COLECTIVO

Fotografía
Guadalupe García Romero

MULHERES INDÍGENAS ENTRE COLONIALIDADE E NEGACIONISMO EPISTÊMICO NAS OBRAS DE TAUNAY

Indigenous Women between Coloniality and Epistemic Denialism in Taunay's Works

Mujeres indígenas entre colonialidad y negacionismo epistémico en las obras de Taunay

Pedro Ramão Rojas Coronel¹  
Suzani Cassiani²  

Data de recebimento: 04 de junho de 2025

Data de aceitação: 04 de novembro de 2025

Data de publicação: 01 de janeiro de 2026

Tipo de artigo: Artigo de pesquisa

Como citar

Rojas Coronel, P. E. e Cassiani, S. (2026). Mulheres indígenas entre colonialidade e negacionismo epistémico nas obras de Taunay, *Bio-grafia*, 19(36), e23353. <https://doi.org/10.17227/bio-grafia.vol.19.num36-23353>

Resumo

Este artigo apresenta uma análise teórica das representações de mulheres indígenas nas obras *A Retirada da Laguna* (1894) e *Memórias* (2004), de Alfredo d'Escagnolle Taunay. A partir de uma perspectiva decolonial, discutimos como o autor perpetua estereótipos patriarcais e racistas, reforçando a subjugação simbólica e material dessas mulheres e evidenciando sua vinculação à colonialidade. Tais representações, ainda hoje, encontram ressonância em discursos negacionistas, revelando a persistência da colonialidade do ser e do saber. Para além da crítica, o artigo enfatiza as resistências insurgentes ao articular feminismos decoloniais e epistemologias indígenas como alternativas ao padrão epistêmico dominante.

Palavras-chave: colonialidade do saber; epistemologias indígenas; imaginário colonial; literatura brasileira do século XIX; negacionismo epistêmico

1 Pedro Ramão Rojas Coronel. Doutorando. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: pedro.coronel@ifms.edu.br

2 Suzani Cassiani. Pós-doutora. Docente permanente. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). E-mail: suzani.cassiani@ufsc.br

Abstract

This article presents a theoretical analysis of the representations of Indigenous women in the works *A Retirada da Laguna* (1894) and *Memórias* (2004) by Alfredo d'Escagnolle Taunay. From a decolonial perspective, the study discusses how the author perpetuates patriarchal and racist stereotypes, reinforcing the symbolic and material subjugation of these women and exposing their connection to coloniality. These representations still resonate in contemporary denialist discourses, revealing the persistence of the coloniality of being and knowledge. Beyond critique, the article highlights insurgent forms of resistance by articulating decolonial feminisms and Indigenous epistemologies as alternatives to the dominant epistemic framework.

Keywords: colonial imaginary; coloniality of knowledge; nineteenth-century Brazilian literature; epistemic denialism; indigenous epistemologies

Resumen

Este artículo presenta un análisis teórico de las representaciones de mujeres indígenas en las obras *A Retirada da Laguna* (1894) y *Memórias* (2004), de Alfredo d'Escagnolle Taunay. Desde una perspectiva decolonial, se discute cómo el autor reproduce estereotipos patriarcales y racistas, reforzando la subordinación simbólica y material de estas mujeres y evidenciando su vinculación con la colonialidad. Dichas representaciones aún resuenan en discursos negacionistas, lo que revela la persistencia de la colonialidad del ser y del saber. Más allá de la crítica, el artículo destaca las resistencias insurgentes al articular feminismos decoloniales y epistemologías indígenas como alternativas al patrón epistémico dominante.

Palabras clave: colonialidad del saber; epistemologías indígenas; imaginario colonial; literatura brasileña del siglo XIX; negacionismo epistémico



Introdução

Este artigo realiza uma análise teórica, em caráter preliminar, sobre as representações de mulheres indígenas nas narrativas hegemônicas das obras *A Retirada da Laguna* (1894) e *Memórias* (2004), de Alfredo d'Escagnolle Taunay. As obras situam-se em momentos distintos de produção literária, mas compartilham o mesmo projeto de representação da Guerra do Paraguai (1864–1870) e da sociedade brasileira oitocentista. Taunay (1843–1899), oficial do Exército e intelectual engajado na construção da memória imperial brasileira, produziu narrativas que mesclam literatura, história e testemunho militar, configurando-se como um dos principais autores a registrar a guerra sob a perspectiva da elite brasileira.

Em *A Retirada da Laguna* (1874), escrita pouco após o conflito, Taunay combina elementos de heroísmo militar e dramatização de episódios bélicos, destacando ainda os impactos devastadores das doenças sobre a expedição. Esta, segundo sua descrição, adentrava os pantanais de Mato Grosso sob a crença de estar defendendo o Brasil da invasão paraguaia. A partir de relatos possivelmente redigidos durante a guerra, o autor consolidou a obra, registrando diferentes perspectivas sobre os sujeitos envolvidos soldados, comandantes, mulheres, crianças, indígenas, paraguaios e até ele próprio, enfatizando a hierarquia militar e as desigualdades presentes no campo de batalha. Entretanto, o olhar construído por Taunay reflete a posição de um intelectual europeu oitocentista que, ao narrar tais experiências, produziu representações subalternizantes dos sujeitos retratados, enquadrando-os em categorias que reforçam a lógica colonial e hierárquica da época (Balzan, 2012).

A obra *Memórias* (2004), de Alfredo d'Escagnolle Taunay, insere-se no circuito confessional da tradição memorialista brasileira, distinguindo-se pela singularidade dos fatos apresentados e pela estreita relação com o contexto histórico vivenciado pelo autor: a Monarquia e a transição para a República. Embora estruturada à maneira de um diário fragmentado, em que cada parte remete a diferentes episódios, aproxima-se do conceito clássico de memórias, já que a distância temporal entre o enunciado e o momento da enunciação transforma o relato em reminiscências (Souza, 2008).

O texto aborda inúmeros episódios relacionados aos preparativos, ao desenrolar e às consequências da Guerra do Paraguai, mas Taunay os apresenta de forma leve e, muitas vezes, humorada. Entrelaçam-se, assim, confissões de defeitos, fragilidades e angústias com momentos de saudade, alegria e até de explícita autopromoção, quando o autor manifesta admiração por seus próprios feitos. Além disso, destacam-se as descrições que exaltam a paisagem, a nação brasileira e os êxitos das forças imperiais nos confrontos contra Solano López (Souza, 2008). Escrita no século XIX, sob a influência do positivismo e da crença no rigor científico, mas publicada apenas no século XX, período em que a escrita memorialista se consolidava como instrumento de preservação da memória frente a regimes autoritários, *Memórias* revela, ao mesmo tempo, o desejo de fixar uma visão pessoal sobre o passado e a necessidade de legitimar o discurso pela objetividade (Souza, 2008).

A partir de uma perspectiva decolonial, tais representações são compreendidas como construções sociais e históricas, vinculadas a disputas simbólicas e políticas que atravessam as significações do feminino e do indígena racializado³. Partindo do entendimento de que as representações sociais não são meras generalizações da realidade, mas carregam predileções e propensões características dos grupos que as produzem (Chartier, 2002), reconhece-se que as narrativas hegemônicas se configuram como construções discursivas ancoradas no projeto da modernidade/colonialidade, eurocêntrico e sustentado pela expropriação, marginalização e apagamento de outros modos de saber e existir (Mignolo, 2020). Nesse processo, estabelece-se uma concepção de humanidade centrada na experiência europeia ocidental, que legitima classificações hierárquicas entre culturas e sociedades, produzindo exclusão baseada em raça, gênero e sexualidade (Passos, Puccineli & Rosa, 2019).

As narrativas de Taunay refletem não apenas estereótipos oitocentistas⁴ sobre mulheres indígenas, mas também as tensões e apropriações próprias de um intelectual vinculado ao projeto imperial brasileiro. Ao situar sua obra em seu tempo histórico, evita-se o anacronismo, reconhecendo que a análise crítica dessas representações contribui para compreender a persistência desses imaginários

3 No contexto da colonialidade, a racialização dos povos não europeus constitui um dos pilares fundamentais para a consolidação do capitalismo. Esta dinâmica opera ao atribuir marcadores raciais que desumanizam e hierarquizam populações, especialmente os indígenas, cuja imagem foi historicamente construída a partir de concepções racistas. Segundo Milanez (2019), esta marca do indígena persiste na reprodução sistemática de estigmas e estereótipos que atravessam o tempo, tornando-se parte integrante do imaginário nacional e sustentando desigualdades estruturais.

4 Por meio da linguagem utilizada como ferramenta de dominação simbólica, as narrativas de europeus, viajantes, colonizadores, cronistas e missionários contribuíram para estereotipar e subjugar os povos indígenas, retratando-os como selvagens em razão de suas diferenças culturais. Estes discursos serviram para legitimar práticas de catequese, civilização forçada e transculturação, não com a intenção de incluir os indígenas na sociedade europeia, mas para justificar sua exploração e escravização (Braga, 2017)

no presente e para enfrentar práticas de discriminação ainda vigentes.

A escolha das obras de Taunay está vinculada às reflexões do PPGECT/UFSC, em diálogo com o grupo DiCiTE e disciplinas como *feminismos plurais e conhecimentos situados nas ciências*. Esses espaços favorecem a análise crítica de raça, classe e gênero⁵, ressaltando a necessidade de desconstruir o racismo e reconhecer a diversidade e fluidez das identidades (hooks, 2017; Butler, 2018).

A análise assume uma crítica situada na América Latina (Lima, 2016), evidenciando como os discursos históricos refletem a geopolítica do poder, ser e do saber. Inspirada em Dussel (2016), Quijano (2010) e Zea (1957, 1978), aponta a necessidade de romper com o eurocentrismo e revelar os silêncios e apagamentos da epistemologia colonial presentes em Taunay.

O artigo estrutura-se em três seções: (1) contextualização histórica das obras, com ênfase na Guerra do Paraguai e na posição de Taunay na elite imperial; (2) análise das representações das mulheres indígenas nas duas obras, com atenção às estratégias discursivas de silenciamento, erotização e desumanização; e (3) reflexão crítica sobre os efeitos dessas representações na perpetuação de estereótipos coloniais e nas possibilidades de produção de contranarrativas insurgentes.

Contexto histórico das obras e o lugar de fala de Alfredo d'Escagnolle Taunay e as representações sociais de mulheres indígenas: raça, sexo e poder na escrita de Taunay

Alfredo Maria Adriano d'Escagnolle Taunay, nascido no Rio de Janeiro em 22 de fevereiro de 1843 e falecido na mesma cidade em 25 de janeiro de 1899 (Maretti, 2006), foi um intelectual multifacetado: engenheiro, militar, professor, político, romancista, teatrólogo, biógrafo, etnólogo e memorialista. Como militar, participou da Guerra do Paraguai (1864–1870), conflito envolvendo Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai, marcado por intensos choques políticos e econômicos na região platina (Doratioto, 2002).

Inserido na elite imperial brasileira e representante dos interesses do Império sob Dom Pedro II (1840–1889), Taunay refletia a identidade ocidentalizada dessa classe, voltada à construção de uma imagem do Brasil como nação civilizada e europeizada. Os povos indígenas eram frequentemente vistos como obstáculos ao progresso, gerando efeitos da colonialidade do ser, do saber, do poder e do viver (Campos, 2012; Cassiani et al. 2023; Vargas de Souza & da Silva Santana, 2022). Nesse contexto, “Taunay se posicionava como reprodutor da violência simbólica, promovendo projetos de ‘modernização’ que replicavam valores europeus” (Vargas de Souza & da Silva Santana, 2022, p. 203).

Suas obras *A Retirada da Laguna* (1874) e *Memórias* (2004) foram construídas a partir de suas experiências na Guerra do Paraguai, registrando campanhas militares, contatos com povos indígenas como os Guaicuru e os Terena, e impressões sobre fauna, flora e cotidiano de guerra (Squinello, 2013; Lazzaretti, 2016; Sobrinha, 2012). Como observa Galetti (2000), essas narrativas refletem percepções marcadas por concepções ocidentistas de progresso e civilização.

À luz da análise de Quijano (2007) sobre colonialidade, percebe-se que, mesmo ao valorizar a natureza e o nacionalismo, Taunay reproduz a ideologia de superioridade racial do ideário imperial, afirmando a supremacia da branquitude e subordinando os povos indígenas. Brito (2010) aponta que o “processo histórico de afirmação do homem racional, cognitivamente fundado no Iluminismo, fortaleceu o modelo civilizatório, em oposição à diversidade humana, tida como bárbara e selvagem” (p. 59). Em *A Retirada da Laguna*, a dicotomia entre “civilizados” e “selvagens” evidencia essa lógica, naturalizando a inferiorização dos indígenas e justificando seu controle e subordinação (Taunay, 1874; Dussel, 1993; Vasconcelos, 1999).

A análise das representações sociais de mulheres indígenas nas obras de Taunay revela a complexa interseção entre “raça”⁶, gênero e poder no discurso colonial. Durante a Guerra do Paraguai, em contato com etnias como Guaicurus, Terena e M'Baia, ele reconhece a importância dessas populações para a logística militar, mas ainda assim as marginaliza, tratando-as como objetos utilitários (Balzan, 2012).

5 Aqui utilizamos o conceito de performatividade de gênero, que, segundo Judith Butler (2018), é a ideia de que o gênero não é uma identidade fixa ou natural, mas uma construção social produzida por meio de atos repetitivos e regulados por normas. Influenciada por Foucault e Derrida (Leandra, 2024), Butler argumenta que não “somos” um gênero, mas “fazemos” gênero, e esta repetição pode tanto manter, quanto subverter as normas cis-heteronormativas, abrindo espaço para identidades dissidentes (Amaral & Lima, 2022).

6 Optamos pela utilização da categoria “raça” por compreendê-la como um instrumento analítico capaz de explicar processos sociais historicamente construídos. Trata-se de uma noção que remete a uma história específica: a do colonialismo e das diferenças estabelecidas ao longo desse período. Nesse sentido, a categoria expressa as distinções elaboradas pelos europeus entre si próprios e os povos de outros continentes, conformando hierarquias que ainda hoje repercutem nas relações sociais (Gonzálvez, 2007, p. 421).

Nas narrativas de Taunay, observa-se uma visão contraditória: embora valorize o conhecimento indígena, perpetua estereótipos colonialistas, descrevendo os povos como “selvagens” e reafirmando a ideia de inferioridade racial. Essa lógica se estende à exploração sexual das mulheres indígenas, naturalizada em suas descrições, nas quais são representadas de forma desumanizante e mercantilizada, reduzidas a objetos de desejo e trocas comerciais (Pernidji & Pernidji, 2003; Taunay, 2004; Squinelo, 2013).

Exemplos concretos, como a relação de Taunay com a mulher indígena chané Antônia, ilustram a perspectiva colonial de dominação e posse: embora haja negociação com o pai de Antônia, a narrativa a reduz a um território a ser conquistado, subjugando sua agência e subjetividade (Taunay, 2004). Esse padrão discursivo evidencia o racismo epistêmico e a colonialidade do poder, na qual saberes indígenas são desvalorizados e a mulher indígena se torna objeto de exploração e erotização (Mignolo, 2003; Walsh, 2012; Quijano, 2000).

Apesar disso, os corpos das mulheres indígenas podem ser interpretados como espaços de resistência. A persistência de estereótipos e de violência simbólica revela as contradições do sistema colonial, enquanto a agência e a resistência, muitas vezes silenciadas, denunciam a violência epistêmica e afirmam modos próprios de experienciar, narrar e viver o mundo, desafiando a lógica colonial que estruturou as relações de gênero e raça no Brasil.

Referencial teórico: colonialidade, gênero e representação

A análise das obras *A Retirada da Laguna* (1874) e *Memórias* (2004) será orientada pela investigação das representações de mulheres indígenas nelas presentes, em diálogo com diferentes referenciais teóricos. As narrativas de Taunay serão lidas não apenas como testemunhos históricos, mas como construções discursivas que produzem sentidos sobre o feminino indígena no contexto da Guerra do Paraguai e da sociedade brasileira oitocentista. Para isso, mobiliza-se a história cultural (Chartier, 2002), que permite compreender como as práticas de escrita e leitura configuram representações sociais; a teoria das representações sociais (Moscovici, 2012; Jodelet, 2001; Spink, 2013), que auxilia a identificar como estereótipos e imagens coletivas são produzidos e difundidos; e os estudos da colonialidade/modernidade (Quijano, 2005; Dussel, 2016; Mignolo, 2008), que oferecem ferramentas para situar tais representações dentro da lógica de poder colonial e racial que estrutura a sociedade latino-americana.

O feminismo decolonial (Lugones, 2014; Curiel, 2013; Segato, 2012) será central para problematizar a dupla subalternização das mulheres indígenas de gênero e de etnia, evidenciando como o olhar de Taunay naturaliza hierarquias coloniais e patriarcais. Já a análise do discurso de vertente francesa (Orlandi, 2007) permitirá examinar os mecanismos linguísticos e narrativos que sustentam tais representações, atentando para os silêncios, exclusões e deslocamentos que marcam o texto.

Esse movimento analítico não busca uma aplicação rígida dos referenciais, mas sim uma articulação crítica entre eles, de modo que os conceitos se transformem à medida que são colocados em contato com o material empírico, as obras de Taunay, e com o próprio posicionamento do pesquisador (Coracini, 2011). Assim, a leitura proposta pretende revelar como *A Retirada da Laguna* e *Memórias* produzem imagens das mulheres indígenas que dialogam com a colonialidade do poder e, ao mesmo tempo, abrem espaço para uma crítica decolonial de tais representações.

As representações, segundo Chartier (2002), são construções culturais marcadas por relações de poder e, no século XIX, reforçaram lógicas coloniais de dominação sobre corpos femininos (Lugones, 2014). Pela teoria das representações sociais (Moscovici, 2012; Jodelet, 2001), entende-se que esses discursos produziram estigmas ainda persistentes, manifestos simbolicamente na estereotipação, invisibilização e silenciamento das mulheres indígenas, e materialmente em desigualdades como violência de gênero, negação de direitos e exclusão política.

As representações sociais, longe de serem neutras, moldam disputas de visibilidade e reconhecimento (Spink, 2013). Na mídia, na escola e nas políticas públicas, elas reforçam estereótipos, silenciam saberes indígenas e invisibilizam as violências enfrentadas pelas mulheres indígenas, operando como dispositivos de poder que definem quem pode falar e o que é reconhecido como legítimo (Curiel, 2007; Ribeiro, 2018; Tuhiwai Smith, 2018; CIMI, 2021).

Esta discussão se insere na crítica à colonialidade do poder (Quijano, 2005) e à colonialidade do saber e do ser (Mignolo, 2008; Maldonado-Torres, 2022), compreendendo que a construção do “índio” como sujeito marginal e subalterno foi, e ainda é, um dos alicerces do projeto moderno-colonial. Nas narrativas de Taunay, particularmente ao retratar a Guerra do Paraguai, notamos uma enunciação marcada pela colonialidade, que silencia epistemologias indígenas e reduz as personagens femininas a estereótipos como o da “selvagem” ou da “exótica”⁷,

7 Segalen (1978, como citado em Camargo, 2018, p. 343) define como “tudo que está ‘fora’ do conjunto de nossos fatos de consciência

negando-lhes agência histórica e epistêmica, que iremos discutir mais adiante.

O feminismo decolonial, com autoras como Lugones (2008), Espinosa Miñoso (2014), Curiel (2007), Segato (2012; 2014), Tuhiwai Smith (2012) e Oyěwùmí (1997), critica as interseções entre gênero, raça, colonialidade e epistemologia. O conceito de “colonialidade de gênero” (Lugones, 2008) revela como a dominação colonial se inscreve nos corpos e subjetividades, impondo uma ordem binária, heteronormativa e racializada. Descolonizar o gênero, como propõem Curiel (2007) e Segato (2014), exige uma postura política radical e a denúncia da violência colonial, enquanto Tuhiwai Smith (2012) e Oyěwùmí (1997) convocam à criação de epistemologias enraizadas em experiências plurais. Assim, a descolonização do gênero ultrapassa a crítica acadêmica e implica práticas insurgentes e saberes situados, o que, pela análise do discurso (Orlandi, 2007), evidencia os limites impostos por formações ideológicas sobre quem pode falar e ser ouvido.

Ao examinarmos as obras de Taunay sob essa ótica, identificamos regularidades discursivas que retratam a mulher indígena como um “outro” exótico, silenciado ou coisificado, ora objeto de desejo, ora “instrumento” de manutenção da guerra, mas raramente reconhecida como sujeito de enunciação, o que nos permite compreender como sentidos se estabilizam e se naturalizam no interior de formações discursivas marcadas por relações de poder (Orlandi, 2007).

Em *Memórias*, Taunay descreve a submissão das mulheres indígenas, reforçando a coisificação da figura feminina:

D’essa submissão resulta a verdadeira venda que se executa entre o pai de uma mulher núbil e qualquer homem que a queira para companhia ou mero passatempo: a filha sujeitar-se-á a imposição paterna, aceitando sem murmurar o esposo, que lhe apresentem ou desprezando aquele, cuja separação aconselharem. (Taunay, 2004, p. 220)

Outro aspecto recorrente é o julgamento estético do corpo feminino indígena:

[...] amamentam as crianças por tempo indeterminado: vimos rapazotes de seis a sete annos, que vinham correndo suspender-se aos seios de suas complacentes mães. Esta pratica faz com que, com a maternidade, fiquem as mulheres completamente

estragadas: os seios, com a prolongada pressão, pendem-lhes ao longo do corpo, o qual também, pelo habito de carregarem as crianças cavalgando n’um dos quadris, fica arqueado e desengraçado. (Taunay, 2004, p. 220)

Da mesma forma, Taunay enfatiza o casamento precoce e a objetificação da mulher indígena: “O casamento é cerimônia pouco usual [...]”; “Por dinheiro obtém-se mulher [...]”; “Aos 10 anos, mal apontam os seios, ainda não nubil, é a noiva entregue ao futuro marido [...]”; “As mulheres envelhecem com extrema rapidez [...]” (Taunay, 2004, p. 220).

Ainda que se mostre crítico em relação à aparência das mulheres indígenas, retratá-las não significa apenas descrevê-las tal como “eram” no passado, mas compreender criticamente como foram representadas por determinado autor em um ato de apropriação simbólica do outro. Essas imagens foram construídas a partir de referenciais culturais, ideológicos e históricos próprios de Taunay e, portanto, não constituem registros objetivos da realidade, mas sim representações, reinvenções ou construções simbólicas produzidas por um sujeito situado (Chartier, 1990; Certeau, 1982). Nesse movimento, o autor também deixa transparecer sua fascinação por Antônia, da comunidade Guaná.

Era Antônia uma bela rapariga da tribo chooronó (guaná propriamente dita) e da nação chané. Muito bem-feita, com pés e mãos singularmente pequenos e mimosos, cintura naturalmente acentuada e fina, moça de quinze para dezesseis anos de idade, tinha rosto oval, cútis fina, tez mais morena desmaiada do que acabocada, corada até levemente nas faces, olhos grandes, rasgados, negros, cintilantes, boca bonita ornada de dentes cortados em ponta, à maneira dos felinos, cabelos negros, bastos, muito compridos, mas um tanto ásperos. Sobremaneira elegante de porte, costumava trajar, com certo donaire, vestidinhos de chita francesa, quando não se enrolava à moda dos seus numa julata que a cobria toda até aos seios. (Taunay, 2004, p. 269).

A narrativa é atravessada pela exotização e erotização: “E tão sedutora me pareceu que fiquei tolhido de surpresa e admiração e de súbito inflamado, achando-a muito, mas muito acima de quanta descrição me havia sido feita [...]” (Taunay, 2004, p. 269). Ao examinarmos as obras de Taunay sob essa ótica, identificamos regularidades discursivas que retratam a mulher indígena⁸ como um “outro” exótico, silenciado ou coisificado, ora objeto

atuais, cotidianos, tudo que não é a nossa ‘tonalidade mental’ habitual”.

8 Retratar a mulher indígena não significa simplesmente descrever como ela “era” no passado, mas sim compreender criticamente como ela foi representada por um determinado autor (ato de apropriação simbólica do outro) que construiu imagens influenciadas por seus

de desejo, ora “instrumento” de manutenção da guerra, mas raramente reconhecida como sujeito de enunciação, que nos permitiu compreender como sentidos se estabelecem e se naturalizam no interior de formações discursivas marcadas por relações de poder (Orlandi, 2007). Nesse processo, articulamos os aportes da teoria das representações sociais (Moscovici, 2011; Jodelet, 2001; Spink, 1999) para identificar como essas imagens da mulher indígena circulam e se consolidam socialmente, reforçando estereótipos coloniais.

Além disso, recorreremos aos debates da decolonialidade (Quijano, 2005; Mignolo, 2003; Walsh, 2009), bem como às contribuições do feminismo decolonial (Lugones, 2014; Segato, 2012; Oyèwùmí, 1997), de modo a problematizar como essas narrativas não apenas reproduzem uma visão eurocêntrica e patriarcal, mas também negam às mulheres indígenas a possibilidade de agência epistêmica e política. Assim, a leitura crítica das obras de Taunay foi construída em diálogo entre o texto literário e os referenciais teóricos que permitem situá-lo como parte de uma lógica maior de produção de subjetividades na modernidade/colonialidade. Partimos, portanto, do entendimento de que as representações presentes em suas narrativas operam como discursos hegemônicos e homogeneizantes, alinhados à lógica da “história única” da modernidade capitalista (Adichie, 2009), que invisibiliza vozes outras e reforça hierarquias coloniais.

As narrativas analisadas reforçam a branquitude e a masculinidade hegemônica como estruturas de poder que silenciam e subalternizam outras existências (Passos, Pucinelli & Rosa, 2019). A branquitude, entendida como lugar estrutural de privilégio (Frankenberg, 2004), naturaliza sua visão como universal e mantém privilégios por meio de um pacto silencioso (Bento, 2022). Nesse sentido, atua como dispositivo simbólico que legitima desigualdades e sustenta a colonialidade do saber e do ser, expressando-se em vantagens estruturais, olhares autorizados e práticas culturais não problematizadas (Marín & Cassiani, 2021).

O mito da superioridade branca segue associado à modernidade e ao progresso, reforçando a estigmatização de povos indígenas e a consolidação da branquitude como norma social vinculada ao capitalismo colonial e patriarcal (Marín & Cassiani, 2021). Somada a isso, a masculinidade hegemônica, centrada no homem branco, burguês, heterossexual e cisgênero, funciona como “idioma do poder” (Connell & Pearse, 2015), regulando corpos e hierarquias de gênero, raça, classe e sexualidade em diversos campos sociais.

hooks (2017) propõe desnaturalizar as categorias que sustentam a opressão e reivindica práticas educativas comprometidas com a justiça social, enquanto Tuhiwai Smith (2018) destaca a urgência de descolonizar a produção de conhecimento, valorizando saberes situados e indígenas como formas de resistência epistêmica. Nesse horizonte, intelectuais indígenas como Eliane Potiguara (2004, 2005, 2023), Célia Xakriabá (2018, 2020), Gersem Baniwa (2019), Márcia Wayna Kambeba (2020) e Suelyna Pataxó (2006) reivindicam uma educação e uma ciência enraizadas na ancestralidade, no território e nas cosmologias dos povos originários, rompendo com o paradigma colonial do saber.

Xakriabá (2020) defende a urgência de “curar a terra com a educação”, articulando corpo e território como espaços atravessados pela violência colonial. Potiguara (2005) denuncia a invisibilização e exotização das mulheres indígenas na história e na literatura, reivindicando uma escrita enraizada na ancestralidade e nas memórias coletivas. Essas vozes insurgentes ressignificam a presença indígena e abrem caminhos para epistemologias que rompem com a monocultura do saber e acolhem a pluralidade dos mundos possíveis.

Metodologia

A presente pesquisa insere-se no campo das investigações bibliográficas, adotando uma abordagem teórico-analítica que permite interpretar de forma crítica os sentidos produzidos nas obras literárias de Alfredo d’Escragno Taunay. Para tanto, articula-se a análise do discurso (Orlandi, 2007), a teoria das representações sociais (Jodelet, 2001; Spink, 2013) e os estudos decoloniais (Quijano, 2005; Lugones, 2005, 2014, 2020), configurando um olhar interpretativo que busca compreender como as práticas discursivas literárias moldam concepções sociais sobre os povos indígenas.

O caráter interpretativo da pesquisa permite explorar os efeitos de sentido presentes nos textos, sobretudo no que tange às representações de mulheres indígenas, revelando a interseção entre poder, saber e colonialidade do imaginário. A escolha do corpus as obras *A Retirada da Laguna* (1871) e *Memórias* (2004), fundamenta-se na relevância histórica e simbólica desses textos, produzidos a partir da experiência militar de Taunay durante a Guerra do Paraguai (1864–1870). Esses textos constituem-se como documentos privilegiados para compreender a construção discursiva do autor sobre os povos indígenas do atual Mato Grosso do Sul, permitindo, por meio de uma leitura crítica e decolonial, identificar os processos

próprios referenciais culturais, ideológicos e históricos. E tais descrições não são registros objetivos da realidade, mas representações, ou seja, reinvenções ou construções simbólicas feitas por um sujeito situado (Chartier, 1990; Certeau, 1982).

de subjetivação, estereotipagem e naturalização de hierarquias sociais em contextos de conflito e dominação.

Além disso, a pesquisa dialoga com textos produzidos por autoras e autores indígenas contemporâneos, que oferecem perspectivas situadas e contra-hegemônicas. Esses textos evidenciam que as representações literárias de Taunay perpetuam estereótipos patriarcais e racistas, reforçando a subjugação simbólica e material das mulheres indígenas e sua vinculação à colonialidade. Tais representações, ainda hoje, encontram ressonância em discursos negacionistas, revelando a persistência da colonialidade do saber e a necessidade de leituras críticas que incorporem epistemologias indígenas para desestabilizar essas narrativas.

Dessa forma, a metodologia não se limita à descrição dos textos, mas propõe uma análise reflexiva e articulada, em que os conceitos teóricos orientam a interpretação crítica das representações literárias, ampliada pelo diálogo com saberes indígenas, permitindo compreender as tensões entre memória histórica, narrativa literária e a construção de sentidos coloniais e resistências epistemológicas.

A leitura e seleção do corpus privilegiaram excertos nos quais há referência direta ou indireta a personagens femininas indígenas, suas características físicas e comportamentais, seus papéis na narrativa e a forma como são enunciadas discursivamente. Esta delimitação se justifica pela centralidade do gênero na produção de estigmas e pela relevância das mulheres indígenas como ponto de inflexão entre os discursos coloniais e as resistências epistemológicas.

A análise discursiva é desenvolvida a partir da perspectiva da escola francesa, conforme sistematizada por Orlandi (2007), considerando as condições de produção dos discursos, os efeitos de sentido e as formações ideológicas que sustentam as narrativas. Interessa-nos identificar os deslocamentos, silenciamentos e hierarquizações que operam na constituição destas personagens, compreendidas como construções simbólicas situadas em uma lógica de poder colonial.

Complementarmente, a teoria das representações sociais é mobilizada para compreender como estes discursos circulam, se fixam e se transformam no imaginário social, contribuindo para a construção de estereótipos que afetam, até hoje, a vida de mulheres indígenas. Como destaca Jodelet (2001), a representação não é apenas uma imagem mental, mas uma prática social que organiza relações, institui normas e legitima exclusões.

Do ponto de vista epistemológico, a pesquisa assume uma postura decolonial e situada (Smith, 2018), reconhecendo a importância de se produzir conhecimento a partir das margens, em diálogo com os saberes e as resistências dos povos indígenas. Embora o objeto empírico seja um texto literário produzido por um representante da elite imperial brasileira, nosso esforço analítico busca desestabilizar as verdades coloniais ali cristalizadas, abrindo espaço para outras possibilidades de leitura, contra-hegemônicas e insurgentes.

Metodologia decolonial e a insurgência epistêmica das mulheres indígenas

Este artigo adota uma abordagem metodológica decolonial, que não apenas questiona os conteúdos das obras analisadas, mas desafia os fundamentos epistemológicos do conhecimento. Inspiramo-nos em Ngũgĩ wa Thiong'o (1986), cuja obra *Descolonizar a mente* propõe romper com paradigmas eurocentrados que moldaram formas de pensar e representar o mundo. Para Ngũgĩ, a colonização foi também simbólica, realizada por meio da linguagem, da educação e da cultura, configurando subjetividades subalternizadas.

Descolonizar a mente é, portanto, um gesto de libertação cognitiva e epistêmica, que rejeita sistemas de pensamento coloniais e busca recuperar saberes ancestrais frequentemente apagados ou distorcidos pela perspectiva ocidental. Essa proposta dialoga com Linda Tuhiwai Smith (2018), que defende metodologias de pesquisa com os povos indígenas, centradas na justiça histórica e na autodeterminação, e não em abordagens que objetificam seus corpos e saberes.

Embora este artigo não envolva pesquisa de campo com interlocutoras indígenas, a metodologia reflete essa consciência crítica, orientando a leitura das obras de Taunay para compreender como suas representações participam de um projeto de colonização da subjetividade indígena, especialmente das mulheres. Autoras indígenas como Célia Xakriabá (2020), Eliane Potiguara (2005), Márcia Wayne Kambeba (2020) e Suelyna Pataxó (2006) inspiram a valorização de saberes situados, ancestrais e insurgentes, revelando que educação, oralidade e narrativa são instrumentos de resistência e reexistência.

As representações sociais das mulheres indígenas permanecem atravessadas por estruturas coloniais, como mostram Berger e Luckmann (1985). As obras de Alfredo d'Escagnolle Taunay, apesar do contexto oitocentista, cristalizaram estereótipos racistas e patriarcais, reafirmando a

colonialidade do poder, do saber e do ser, especialmente na construção do feminino racializado. Violências simbólicas e exclusões objetificam seus corpos, negando voz e agência (Lugones, 2008; Saffiotti, 2015; Oyěwùmí, 2017) e configurando violência epistêmica persistente (Lander, 2005; Rivera Cusicanqui, 2015).

A subjugação atravessa interseções de gênero, raça, classe e território, impondo uma lógica patriarcal binária aos povos originários (Lugones, 2010). Autoras como Sueli e Isael Maxakali (2023) denunciam o impacto devastador da colonização sobre a espiritualidade e organização social das mulheres indígenas.

Essa abordagem metodológica não é neutra nem objetiva; é situada, engajada e insurgente, articulando teoria crítica, saberes de fronteira e escuta epistemológica atenta, visando descolonizar o olhar e desnaturalizar os critérios ocidentais de validação do conhecimento. No campo da crítica literária, isso implica deslocar o cânone, interrogar silêncios e reativar ausências como territórios de resistência, especialmente nos corpos racializados, femininos e indígenas.

Movimentos contemporâneos de insurgência epistêmica protagonizados por mulheres indígenas desafiam essas estruturas, propondo uma ciência outra, enraizada na ancestralidade, territorialidade e espiritualidades originárias (Jardim & Cavas, 2018; Segato, 2021). Lideranças como Sônia Guajajara e Célia Xakriabá ocupam espaços de poder político e acadêmico, reivindicando reconhecimento e legitimidade para os saberes indígenas. Guajajara (2025) enfatiza a necessidade de pensar políticas públicas a partir dos territórios e das vozes das mulheres indígenas, resgatando a centralidade de suas cosmovisões.

A perspectiva adotada articula feminismo antipatriarcal, anticolonial e anticapitalista (Vergès, 2020), reconhecendo que a dominação atravessa gênero, raça, classe e heteronormatividade. A análise histórica evidencia a vulnerabilização das mulheres indígenas desde o século XV, com a constituição da América e a consolidação do capitalismo colonial (Quijano, 2005), passando por processos de assimilação forçada, invisibilização e aculturação (Wenczenovicz, 2017). Na contemporaneidade, mulheres indígenas seguem vítimas de violências estruturais, incluindo feminicídios e exploração sexual, especialmente na defesa de seus territórios (Wenczenovicz, 2017).

Integrar a metodologia decolonial com a análise das representações sociais e da insurgência epistêmica permite desnaturalizar narrativas coloniais, valorizar epistemologias indígenas e reafirmar o papel central das mul-

heres indígenas na produção de conhecimento, na luta política e na resistência cultural.

De forma semelhante, Célia Xakriabá (2018; 2020), deputada federal e educadora, enfatiza a necessidade de uma educação situada, fundamentada na oralidade, na espiritualidade e na relação com o território. Essa concepção rompe com os pilares da colonialidade do saber (Quijano, 2005), na medida em que valoriza epistemologias insurgentes e pluriversas, capazes de articular ciência, memória e corpo-território.

Ao evidenciar como Taunay constrói representações subalternizantes das mulheres indígenas, reduzindo-as ao papel de figuras “exóticas”, “selvagens” ou “instrumentos de guerra”, é possível refletir sobre como tais narrativas coloniais encontram ressonância no ensino de ciências e biologia. Da mesma forma que na literatura oitocentista a voz indígena foi silenciada, os currículos científicos contemporâneos tendem a marginalizar epistemologias nativas, classificando-as como crenças ou mitos. Nesse sentido, Marín (2023) demonstra como a biologia escolar ainda opera sob um paradigma colonial, invisibilizando saberes locais e subordinando a natureza a uma lógica de exploração.

As contribuições de Xakriabá (2018) apontam alternativas importantes ao evidenciar que a produção de conhecimento não se limita à racionalidade moderna, mas emerge do corpo, da oralidade e da espiritualidade, em diálogo constante com o território. Essa concepção abre novas possibilidades para o ensino de biologia, especialmente quando se busca integrar o estudo de ecossistemas e ciclos naturais às práticas de cuidado e cultivo desenvolvidas pelas comunidades indígenas.

Nesse sentido, a aula pode ser inaugurada por atividades educativas de caráter colaborativo, com a participação de indígenas de diferentes etnias em suas próprias localidades, priorizando o ensino de ciências como instrumento de enfrentamento ao negacionismo epistêmico. Tal prática também se insere na perspectiva de efetivar a Lei 11.645/08, que prevê a obrigatoriedade do ensino da história e cultura dos povos indígenas e afro-brasileiros, promovendo a ruptura com padrões colonizados de educação e com estereótipos que ainda marcam a visão sobre os povos originários.

Criam-se, assim, condições no espaço institucional da escola para que as histórias indígenas sejam apresentadas em sua própria voz, abrindo caminho para diálogos pedagógicos decoloniais capazes de fomentar a consciência sobre a diversidade dos mais de 300 povos que habitam o Brasil, superando generalizações, estigmas e estereótipos.

A aproximação entre indígenas, estudantes e educadores torna-se, então, uma experiência de encontros dialógicos que amplia a compreensão científica e contribui para a pluriversalização da ciência, abrindo nossas aulas para perspectivas *suleadoras*⁹.

Um exemplo concreto pode ser observado nas aulas de biologia e genética, quando os professores explicam a inexistência de raças biológicas, demonstrando que o termo “raça” é uma construção social. Nesse contexto, é fundamental incorporar também as vozes indígenas, como a de Ailton Krenak (2020), que problematiza o conceito ao afirmar que a noção de raça reforça a crítica decolonial ao questionar o sentido universal de humanidade construído pelo racionalismo europeu — uma concepção que pouco contribui para superar a colonialidade estruturante de nossos dias. Como aponta o autor:

Essa chamada humanidade foi construída tendo apenas a civilização europeia como referencial, constituindo um grupo seletivo que exclui uma variedade de ‘sub-humanidades’, como caiçaras, indígenas, quilombolas e aborígenes, coletivos profundamente vinculados à terra, à memória ancestral e à identidade. Também exclui grande parte das populações arrancadas de seus territórios e lançadas nas periferias urbanas, privadas do exercício mínimo do ser. Trata-se, portanto, de uma crítica contundente à lógica colonial que insiste em definir quem é reconhecido como humano e quem permanece à margem desse enquadramento (Krenak, 2020, p. 3).

Além disso, os feminismos indígenas oferecem ferramentas críticas para repensar o ensino de ciências, destacando a centralidade das mulheres como guardiãs de sementes e da biodiversidade (Xakriabá, 2018). Essa perspectiva reforça que a transmissão de conhecimentos não se restringe a aspectos técnicos, mas se constitui como processo relacional, coletivo e político. Marín (2023) converge nesse ponto ao defender uma educação ambiental situada, capaz de articular memórias comunitárias e saberes ancestrais em diálogo crítico com a biologia escolar. Complementarmente, Nunes, Giraldo e Cassiani (2021) apontam o bem viver como horizonte decolonial para o ensino de ciências, na medida em que valoriza os problemas locais e propõe soluções integradas para a convivência entre humanos e natureza. Nesse horizonte, a intelectual e cacica indígena Kerexu reforça que o povo Guarani “não é desenvolvido porque é envolvido”, isto é, envolvido com o ambiente, com as pessoas e com todas as formas de vida, denunciando ainda que “o desenvolvimento está longe de fazer o bem para a humanidade e

para outras formas de vidas” (Padilha, Antunes & Cassiani, 2020, p. 202).

Ao articular a crítica literária às representações de Taunay com as contribuições da intelectualidade indígena e dos estudos decoloniais no ensino de Biologia, torna-se possível vislumbrar práticas pedagógicas capazes de romper com estereótipos coloniais e fortalecer epistemologias plurais. Esse movimento implica, como defendem Xakriabá (2018, 2024) e outras autoras indígenas, a indigenização da escola, transformando-a em um espaço de educação científica territorializada, relacional e comprometida com a justiça epistêmica.

A insurgência epistêmica das mulheres indígenas se estende também aos territórios digitais, onde jovens lideranças, como Arissana Pataxó e Daiara Tukano, utilizam redes sociais e práticas artísticas para fortalecer línguas originárias, denunciar violências coloniais e afirmar saberes espirituais de seus povos (Pataxó, 2024; Instituto Socioambiental, 2022; Terena, 2021). Essas iniciativas evidenciam que a ciência indígena é situada, relacional e vivida, profundamente conectada ao corpo, à memória coletiva e ao território (Uhlmann, 2023; Potiguara, 2015).

Esse paradigma exige uma ruptura com o negacionismo epistêmico presente nas instituições educacionais e científicas, transformando as formas de produzir, validar e compartilhar saberes. Nesse sentido, propõe-se uma ciência enraizada na terra, no corpo e na ancestralidade, capaz de desestabilizar lógicas hegemônicas e afirmar modos de existência e conhecimento alternativos (Walsh, 2009).

Referências

- Adichie, C. N. (2009). *O perigo de uma história única*. Companhia das Letras.
- Amaral, R. C. B., & Lima, D. R. (2022). Judith Butler sobre o gênero: As performances e os corpos estranhos. *Kínesis – Revista de Estudos dos Pós-Graduandos em Filosofia*, 14(36), 444–463.
- Balzan, E. M. (2012). *A criação da diferença na obra A Retirada da Laguna de Visconde de Taunay* [Tese de doutorado, Universidade Católica Dom Bosco]. Repositório Institucional UCDB.
- Baniwa, G. (2019). *Educação escolar indígena no século XXI: Encantos e desencantos*. Instituto Socioambiental. <https://acervo.socioambiental.org/acervo/publicacoes-isa/educacao-escolar-indigena-no-seculo-xxi-encantos-e-desencantos>

⁹ Sulear significa deslocar o horizonte epistemológico do Norte global para o Sul, reconhecendo as experiências históricas e os saberes latino-americanos, africanos e indígenas como referenciais de libertação e resistência (Freire, 1992).

- Bento, C. (2022). *O pacto da branquitude*. Companhia das Letras.
- Berger, P., & Luckmann, T. (1985). *A construção social da realidade* (F. S. Fernandes, Trad.). Vozes. (Obra original publicada em 1966).
- Braga, M. J. C. (2017). O silenciamento do índio nas narrativas sobre a Amazônia. *TROPOS: Comunicação, Sociedade e Cultura*, 6(1), 1-18.
- Brito, M. R. F. de. (2010). *Narrativas da brasilidade: identidade nacional e representações do indígena no século XIX*. Editora da UFPR.
- Butler, J. (2018). *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade* (R. Aguiar, Trad.). Civilização Brasileira. (Obra original publicada em 1990).
- Camargo, M. L. (2018). *Exotismo e alteridade: Representações do outro na literatura de viagem do século XIX*. Editora da Universidade de São Paulo.
- Campos, N. (2012). Colonialidade do ser e educação: para uma pedagogia decolonial. *Revista Brasileira de Educação*, 17(51), 699-715. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782012000300004>
- Cassiani, S., Selles, S. E., & Osterman, B. C. (2023). Colonialidade e ensino de ciências: diálogos com a epistemologia do sul. *Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências*, 23, e45000. <https://doi.org/10.28976/1984-2686rbpec2023u11231145>
- Certeau, M. de. (2014). *A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer* (22ª ed., E. F. Alves, Trad.). Vozes. (Obra original publicada em 1980).
- Césaire, A. (2020). *Discurso sobre o colonialismo* (N. Quintas, Trad.). Veneta. (Obra original publicada em 1950).
- Chartier, R. (1990). *A história cultural: Entre práticas e representações* (M. M. Galvão, Trad.). Bertrand Brasil.
- Connell, R., & Pearse, R. (2015). *Gênero: Uma perspectiva global* (3ª ed., M. Moschkovich, Trad.). nVersos.
- Conselho Indigenista Missionário. (2021). *Relatório: Violência contra os povos indígenas do Brasil – Dados de 2020*. CIMI. <https://cimi.org.br/publicacoes>
- Coracini, M. J. (2011). História de vida e pobreza: Por uma (intro)dução. In M. J. R. F. Coracini (Org.), *Identidades silenciadas e (in)visíveis: Entre a inclusão e a exclusão* (pp. 17–28). Pontes.
- Cruz, E. N., & Oliveira, A. P. de. (2012). O espaço de dominação e clausura em Inocência, de Visconde de Taunay. *Literatura e Autoritarismo*, 11, 46–59. <https://doi.org/10.5902/1981312X>
- Curiel, O. (2007). Crítica poscolonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista. In L. Suárez Navaz & A. Hernández Castillo (Orgs.), *Descolonizando el feminismo: Teorías y prácticas desde los márgenes* (pp. 53–68). Cátedra.
- Curiel, O. (2013). *La nación heterosexual: análisis del discurso jurídico y el régimen heterosexual desde la antropología de la dominación*. Brecha Lésbica.
- Davis, A. (2016). *Mulheres, raça e classe* (H. R. da Silva, Trad.). Boitempo. (Obra original publicada em 1981).
- De Castilho, M. A., & De Campos Garcia, A. (2020). As mulheres na Guerra do Paraguai (1864–1870): O caso da Província de Mato Grosso (MT). *Revista de História da UEG*, 9(2), e922017. <https://doi.org/10.31668/revistahistoria.v9i2.10597>
- Doratioto, F. (2002). *Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai*. Companhia das Letras.
- Dourado, M. T. G. (2005). *Mulheres comuns, senhoras respeitáveis: A presença feminina na Guerra do Paraguai*. Editora UFMS.
- Dussel, E. (1993). *1492: O encobrimento do outro. A origem do "mito da modernidade"*. Vozes.
- Dussel, E. (2016). *Filosofias do sul: A descolonização da trans-modernidade* (M. F. S. de Alencar, Trad.). Expressão Popular.
- Eremites de Oliveira, J., & Pereira, L. M. (2003). *Perícia antropológica e histórica da área reivindicada pelos Terena da Terra Indígena Buriti, Mato Grosso do Sul* [Laudo antropológico]. Ministério Público Federal.
- Espinosa Miñoso, Y. (2014). Una crítica decolonial a la epistemología feminista crítica. *El Cotidiano*, 184, 7-12.
- Frankenberg, R. (2004). *The social construction of whiteness: white women, race matters*. Routledge.
- Freire, P. (2014). *Pedagogia da esperança: Um reencontro com a pedagogia do oprimido* (25ª ed.). Paz e Terra. (Obra original publicada em 1992).
- G1. (2025, 19 de fevereiro). *Feminicídio: Indígena é morta com golpes de foice em aldeia de Dourados. G1 Mato Grosso do Sul*. <https://g1.globo.com/ms/mato-grosso-do-sul/>
- Galetti, L. da S. G. (2000). *Nos confins da civilização: Sertão, fronteira e identidade nas representações*

- sobre Mato Grosso [Tese de doutorado, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital USP.
- Gomes, C. de M. (2018). Gênero como categoria de análise decolonial. *Civitas – Revista de Ciências Sociais*, 18(1), 65–82. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2018.1.28210>
- Gonzálvez, T. H. (2007). Entrevista con Peter Wade. AIBR. *Revista de Antropología Iberoamericana*, 2(3), 421–429. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=62320302>
- Grijalva, D. G. (2020). Meu corpo é um território político. Zazie Edições.
- Guajajara, S. (2025, 29 de janeiro). *Sônia Guajajara pede maior presença de mulheres indígenas em cargos públicos no Encontro Nacional de Prefeitas, Vice-Prefeitas e Gestoras Municipais*. Ministério dos Povos Indígenas. <https://www.gov.br/mp/pt-br/assuntos/noticias/2025/sonia-guajajara-pede-maior-presenca-de-mulheres-indigenas-em-cargos-publicos>
- hooks, b. (2017). *Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade* (M. B. Cipolla, Trad.). Editora WMF Martins Fontes. (Obra original publicada em 1994).
- Instituto Socioambiental. (2022, 8 de março). *Daiara Tukano: Celebrar a ancestralidade e desenhar o mundo!* Instituto Socioambiental. <https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/daiara-tukano-celebrar-ancestralidade-e-desenhar-o-mundo>
- Jardim, G. de S., & Cavas, C. S. T. (2018). Pós-colonialismo e feminismo decolonial. *Ponto-e-Vírgula: Revista de Ciências Sociais*, 22, 73–91. <https://doi.org/10.23925/1982-4807.2018i22p73-91>
- Jodelet, D. (2001). Representações sociais: Um domínio em expansão. In D. Jodelet (Org.), *As representações sociais* (pp. 17–44). EdUERJ.
- Kambeba, M. W. (2020). *Ay kakyri Tama – Eu moro na cidade*. Jandaíra.
- Krenak, A. (2020, 3 de abril). *O modo de funcionamento da humanidade entrou em crise*. Estado de Minas. https://www.em.com.br/app/noticia/pensar/2020/04/03/interna_pensar,1135082/funcionamento-da-humanidade-entrou-em-crise-opina-ailton-krenak.shtml
- Lander, E. (2005). Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In E. Lander (Org.), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais* (pp. 21–54). CLACSO.
- Lazzaretti, J. (2016). O índio como aliado circunstancial em A retirada da Laguna. *Mafuá: Revista Literária do Programa de Pós-Graduação em Literatura da UFSC*, 25, 153–169. <https://doi.org/10.5007/1982-5935.2016v12n25p153>
- Leandra, B. (2024). A interconexão entre poder, saber, gênero e sexualidade: Um breve diálogo entre Michel Foucault e Judith Butler. *Polymatheia – Revista de Filosofia*, 17(1), 94–113.
- Lima, B. R. (2016). Contribuição a uma crítica geografizada do pensamento: Uma leitura situada do pensamento filosófico desde a América Latina. *REBELA – Revista Brasileira de Estudos Latino-Americanos*, 6(3), 179–201.
- Lugones, M. (2008). Colonialidad y género: Hacia um feminismo descolonial. In W. Mignolo (Comp.), *Género y descolonialidad* (pp. 13–42). Del Signo.
- Lugones, M. (2010). Toward a decolonial feminism. *Hypatia*, 25(4), 742–759. <https://doi.org/10.1111/j.1527-2001.2010.01137.x>
- Lugones, M. (2014). Rumo a um feminismo decolonial. *Revista Estudos Feministas*, 22(3), 935–952. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2014000300013>
- Lugones, M. (2020). Pensamento feminista hoje: Perspectivas decoloniais. In H. B. de Hollanda (Org.), *Pensamento feminista hoje: Perspectivas decoloniais* (pp. 45–68). Bazar do Tempo.
- Maldonado-Torres, N. (2008). A topologia do ser e a geopolítica do conhecimento: Modernidade, império e colonialidade. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80, 71–114. <https://doi.org/10.4000/rccs.695>
- Maldonado-Torres, N. (2022). *Sobre a colonialidade do ser: Contribuições para o desenvolvimento de um conceito*. Via Verita.
- Maretti, M. L. L. (2006). *O Visconde de Taunay e os fios da memória*. Editora UNESP.
- Marín, J. R. (2023). Ensino de biologia e colonialidade: por uma educação científica territorializada. *Revista Ensino de Ciências e Tecnologia*, 16(1), 1–18. <https://doi.org/10.3895/recit.v16i1.16015>

- Marin, J. R., & Squinelo, A. P. (2019). A ocupação paraguaia em Mato Grosso (1864-1868). *Territórios e Fronteiras*, 12(2), 132-155. <https://doi.org/10.22228/rt-f.v12i2.777>
- Marín, Y. A. O., & Cassiani, S. (2021). Branquitude e ensino de biologia: Uma análise das questões do ENEM (2015-2019). In *Anais do XIII Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências (ENPEC)*. ABRAPEC.
- Maxakali, S., & Maxakali, I. (2023). *A arte Maxakali e Nhe'ẽ ry: Uma conversa com Sueli e Isael Maxakali*. Museu das Culturas Indígenas. <https://museu-dasculturasindigenas.org.br/noticia/arte-maxakali>
- Mignolo, W. D. (2003). *Historias locales/diseños globales: Colonialidad, conocimientos subalternos y pensamiento fronterizo*. Akal.
- Mignolo, W. D. (2008). Desobediencia epistémica: Retórica de la modernidad, lógica de la colonialidad y gramática de la descolonialidad. *Revista Nómadas*, 28, 35-47.
- Mignolo, W. D. (2020). A geopolítica do conhecimento e a diferença colonial. *Revista Lusófona de Educação*, 48, 11-32. <https://doi.org/10.24140/issn.1645-7250.rle48.01>
- Milanez, F. (2019). Existência e diferença: O racismo contra os povos indígenas. *Revista Direito e Práxis*, 10(3), 2161-2181. <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2019/44616>
- Milanez, F., Aranduhá, B., Maxakali, I., & Guajajara, C. (2019, maio). *Existência e diferença*. Le Monde Diplomatique Brasil, 142. <https://diplomatique.org.br/existencia-e-diferenca/>
- Moscovici, S. (2011). *Representações sociais: investigações em psicologia social* (8ª ed., P. A. Guareschi, Trad.). Vozes. (Obra original publicada em 1961).
- Moscovici, S. (2012). *A psicanálise, sua imagem e seu público* (2ª ed., M. S. Menezes, Trad.). Vozes. (Obra original publicada em 1961).
- Moscovici, S. (2015). *Representações sociais: Investigações em psicologia social* (7ª ed., P. A. Guareschi, Trad.). Vozes. (Obra original publicada em 1961).
- Munanga, K. (2005). Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In *Cadernos PENESB* (Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da UFF, Vol. 5, pp. 15-34). Eduff.
- Ngũgĩ wa Thiong'o. (2016). *Descolonizar a mente: A política da linguagem na literatura africana* (S. Fernandes, Trad.). Editora da Guiné-Bissau. (Obra original publicada em 1986).
- Nunes, P., Giraldo, P., & Cassiani, S. (2021). Decolonialidade na educação em ciências: O conceito de bem viver como uma pedagogia decolonial. *Revista Interdisciplinar Sulear*, 9, 199-219. <https://doi.org/10.29327/211653.9.9-11>
- Oliveira, G. R. (2020). Decolonialidade, currículo e epistemicídio: Perspectivas para uma educação insurgente. *Educação & Sociedade*, 41, e213247. <https://doi.org/10.1590/ES.213247>
- Orlandi, E. P. (1992). *Discurso fundador: A formação do país e a construção da identidade*. Editora da Unicamp.
- Orlandi, E. P. (2007). *Análise de discurso: Princípios e procedimentos* (6ª ed.). Pontes.
- Oyèwùmí, O. (2017). *What gender is motherhood? Changing Yoruba ideals of power, procreation, and identity in the age of modernity*. Palgrave Macmillan.
- Oyèwùmí, O. (2021). *A invenção das mulheres: Construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero* (W. F. da Cunha, Trad.). Bazar do Tempo. (Obra original publicada em 1997).
- Padilha, M. I., Antunes, C., & Cassiani, S. (2020). Educação científica decolonial: diálogos com os saberes guarani. *Currículo sem Fronteiras*, 20(3), 880-901. <https://doi.org/10.35786/1645-1384.v20.n3.03>
- Paredes, J. (2013). Hilando fino desde el feminismo comunitario. *Revista Pillku*, 5. <https://pillku.org/article/hilando-fino-desde-el-feminismo-comunitario/>
- Paredes, J. (2021). *Pensamento decolonial e feminismo comunitário: Para uma epistemologia do Sul*. Elefante.
- Passos, A., Puccinelli, B., & Rosa, W. (2019). As narrativas hegemônicas como normativas excludentes: Raça, gênero e sexualidade na construção do currículo. *Revista do Centro de Pesquisa e Formação do SESC*, 9, 7-22.
- Pataxó, A. (2024). Tekoporã: arte, cultura e resistência indígena no mundo digital. *Revista de Antropologia Visual*, 12(2), 45-67.
- Pataxó, S. (2006). *A educação indígena e os desafios da contemporaneidade*. Editora da UFS.

- Pernidji, A., & Pernidji, L. (2003). Mulheres indígenas na Guerra do Paraguai: representações e silenciamentos. *Revista de História*, 148, 45-68.
- Potiguara, E. (2004). *Metade cara, metade máscara*. Global Editora.
- Potiguara, E. (2005). *Literatura escrita pelos povos indígenas*. Scipione.
- Potiguara, E. (2015). *A cura da terra: memórias e saberes das mulheres indígenas*. Azougue Editorial.
- Potiguara, E. (2023). *A voz das mulheres indígenas: memórias e resistências no Brasil contemporâneo*. Editora Jandaíra.
- Quijano, A. (2000). Colonialidad del poder y clasificación social. *Journal of World-Systems Research*, 6(2), 342-386. <https://doi.org/10.5195/jwsr.2000.228>
- Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In E. Lander (Org.), *A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas* (pp. 117-142). CLACSO.
- Quijano, A. (2007). Colonialidad del poder y clasificación social. In S. Castro-Gómez & R. Grosfoguel (Eds.), *El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global* (pp. 93-126). Siglo del Hombre Editores.
- Quijano, A. (2010). Colonialidade do poder e classificação social. In B. de S. Santos & M. P. Meneses (Orgs.), *Epistemologias do Sul* (pp. 73-118). Cortez.
- Ribeiro, D. (2018). *Lugar de fala*. Pólen.
- Rivera Cusicanqui, S. (2015). *Sociología de la imagen: miradas ch'ixi desde la historia andina*. Tinta Limón.
- Saffiotti, H. I. B. (2015). *Gênero, patriarcado e violência*. Editora Fundação Perseu Abramo.
- Segalen, V. (1978). *Ensaio sobre o exotismo: Uma estética do diverso* (M. Ribeiro, Trad.). Perspectiva. (Obra original publicada em 1955).
- Segato, R. L. (2012). Gênero e colonialidade: Em busca de chaves de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. *Revista Estudos Feministas*, 19(3), 979-988. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2012000300015>
- Segato, R. L. (2014). *Las nuevas formas de la guerra y el cuerpo de las mujeres*. Pez en el árbol.
- Segato, R. L. (2018). *Crítica da colonialidade em oito ensaios e uma antropologia por demanda*. UBU Editora.
- Segato, R. L. (2021). *Contra-pedagogías de la crueldad*. Prometeo Libros.
- Smith, L. T. (2012). *Decolonizing methodologies: Research and indigenous peoples* (2nd ed.). Zed Books.
- Smith, L. T. (2018). *Descolonizando metodologias: Pesquisa e povos indígenas* (R. H. L. da Silva, Trad.). Editora UFMG. (Obra original publicada em 1999).
- Sobrinha, M. A. (2012). *Representações do indígena na obra de Taunay*. Editora da UFG.
- Sodré, M. (2021). *Pensar Nagô* (3ª ed.). Vozes.
- Souza, M. M. de. (2008). *As singularidades de Memórias, de Visconde de Taunay: forma, valor e lugar* [Dissertação de mestrado, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul]. Repositório Institucional UFMS.
- Spink, M. J. (1999). Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: Aproximações teóricas e metodológicas. In M. J. Spink (Org.), *Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano* (pp. 15-42). Cortez.
- Spink, M. J. (2013). *O conhecimento no cotidiano: As representações sociais na perspectiva da psicologia social*. Editora da Universidade de Brasília.
- Squinelo, A. P. (2013). *A Guerra do Paraguai e os indígenas de Mato Grosso*. Editora UFMS.
- Taunay, A. d'Escragnolle. (1974). *A retirada da Laguna* (6ª ed.). Biblioteca do Exército. (Obra original publicada em 1871).
- Taunay, A. d'Escragnolle. (2004). *Recordações de Guerra e de Viagem*. Editora UFMS.
- Terena, W. (2021). *Vukápanavo: o despertar do povo Terena para os direitos indígenas*. Editora Sustentável.
- Uhlmann, M. (2023). Corpo, território e memória: epistemologias indígenas contemporâneas. *Horizontes Antropológicos*, 29(65), 123-145. <https://doi.org/10.1590/1806-9983e65060>
- Vargas de Souza, L., & da Silva Santana, R. (2022). Taunay e a colonialidade do saber: representações do indígena no século XIX. *Revista Brasileira de História*, 42(88), 195-217. <https://doi.org/10.1590/1806-93472022v42n88-10>
- Vasconcelos, S. G. T. (1999). *A Retórica da Civilização: O discurso de Alfredo d'Escragnolle Taunay sobre os indígenas*. Editora da UFMS.
- Vergès, F. (2020). *Um feminismo decolonial* (J. Oliveira, Trad.). Ubu Editora. (Obra original publicada em 2019).

- Walsh, C. (2009). Interculturalidad, Estado, Sociedad: Luchas (de)coloniales de nuestra época. *Revista OSAL (Observatorio Social de América Latina)*, 10(24), 19–38.
- Walsh, C. (2010). Interculturalidade e colonialidade do poder: Um pensamento e posicionamento "outro" a partir da diferença colonial. In L. Oliveira & C. Cavas (Orgs.), *Educação contra a barbárie: Por uma educação intercultural e decolonial* (pp. 225–242). Autêntica.
- Walsh, C. (2012). "Other" knowledges, "other" critiques: Reflections on the politics and practices of philosophy and decoloniality in the "other" America. *Transmodernity: Journal of Peripheral Cultural Production of the Luso-Hispanic World*, 1(3), 11–27. <https://doi.org/10.5070/T413012879>
- Walsh, C. (2021). *Interculturalidade e colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Elefante.
- Wenczenovicz, T. J. (2017). *Mulheres indígenas e violência colonial: resistências e insurgências no sul do Brasil*. Editora da UFRGS.
- Xakriabá, C. (2018). *O barro, o jenipapo e o giz no fazer epistemológico de autoria Xakriabá: Reativação da memória por uma educação territorializada* [Dissertação de mestrado, Universidade de Brasília]. Repositório Institucional UnB.
- Xakriabá, C. (2020). Amansar o giz: Por uma educação descolonizada. *Piseagrama*, 13, 110–117. <https://piseagrama.org/amansar-o-giz/>
- Xakriabá, C. (2024, março). *O giz, a terra e a voz: por uma educação indígena descolonial*. Le Monde Diplomatique Brasil. <https://diplomatie.org.br/o-giz-a-terra-e-a-voz-por-uma-educacao-indigena-descolonial/>
- Zea, L. (1957). *América en la historia*. Fondo de Cultura Económica.
- Zea, L. (1978). *Filosofía de la historia americana*. Fondo de Cultura Económica.